



Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

1000014810-DR/ISS
Sindjus-DF

CORREIOS

Ano XVIII - nº 73
Maio de 2011



Quem faz a PAZ

*Música, dança, grafite, teatro, esportes, livros:
arte, solidariedade e respeito à vida são o foco dos
projetos que ajudam a criar a cultura da paz*

revolução e paixão: marcas de

maio



TT CATALÃO

"Revolução" virou palavra banalizada (vazia de conceito) pelo uso desgastante. Purpurina de peças publicitárias. Nada a ver com uma convulsão profunda das relações econômicas, culturais, sociais e políticas. No máximo um levante ali, uma queda autoritária adiante, um exagero caricato de rebeldia lá ou uma fantasia de mídia em busca do espetáculo da notícia. O achatamento global da vida empastela o "real". Fragmenta. Só é "verdadeiro" se passar na TV ou sair em jornal. Revolução profunda, estrutural, radical, fica para ensaios com graus maiores ou menores de saudosismo piegas.

O maio polarizado na França em 68 ainda guarda uma agenda provocativa de transformação, exatamente por não dividir a mudança interior (pessoa comprometida) da exterior (coletiva, institucional). Não é nem chamado de "revolução", apenas de "os acontecimentos de maio". Procede. Não ocorreu nenhuma virada no sistema. Mexeram foi nas atitudes frente aos sistemas. Ali ficou deflagrado o ponto de ebulição para expor o indivíduo frente às máquinas. Maio muito mais libertário em espírito que eficaz em mudanças institucionais. Alguma coisa no Estado ficou diferente. Mas nenhuma revolução.

O Maio-68 francês deu o tom da virada cultural que o mundo ensaiava desde o final da Segunda Guerra, com a euforia de viver "tudo ao mesmo tempo agora" (depois de se perceber a vida por um triz, capaz de evaporar pelo extermínio em massa). Um maio com a marca muito mais no comportamento. A cultura foi assumida no centro das grandes transformações: arte, sexualidade, diversidade, mestiçagens, entretenimento, alimentação, natureza, expressões deslocadas de grandes estruturas, reações aos narcóticos enquadramentos do ensino formal etc. Exigir o impossível. Crer no estado de graça dentro do cotidiano cada vez mais bruto e insensível. Também em um maio mais remoto (1933, dia 10) a insanidade nazista de Hitler queimou livros em frente à Universidade de Berlim. Foram incinerados não só autores judeus, mas também comunistas, pacifistas e tudo que fosse contra a "ordem vigente". A intolerância em contraponto.

Neste maio de 2011 perguntamos onde está o impulso das viradas românticas; como se apresentam novas "fogueiras", menos explícitas e, no entanto, hábeis para nos isolar sob cabrestos que impeçam um fluxo maior de invenção. O pulso de maio ainda pulsa. Hoje, menos espetacular, mas ativo na construção coletiva de todas as utopias. Basta cada um decidir que novos maios renascerão.



BETE COUTINHO

Mineira de Belo Horizonte e servidora pública em Brasília, Bete encontrou na fotografia um meio de concretizar seu universo imaginário. Dedicada a ensaios autorais onde dialoga com as artes plásticas, ela começou a estudar fotografia em 2008 e já tem no currículo três exposições coletivas e uma individual – *Brasília Pequena*, realizada no Espaço f/508.

Sobre este trabalho, formado por doze imagens digitais que compõem fotografia e desenho, ela conta: “Do registro fotográfico de pequenos detalhes garimpados em restos de edificações demolidas, Brasília é recriada. Da emoção provocada por um fato real surge o pequeno personagem, que volta do mundo onírico e percorre a noite escura e solitária do Planalto. Antes do amanhecer, torna-se autor da sua própria história e só então retorna para o lugar de onde veio.”



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Clede de Oliveira Vieira

Coordenadores de Administração e Finanças

Jailton Manguiera Assis
José Oliveira Silva
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Eliane do Socorro Alves da Silva
José Joventino Pereira de Sousa
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Maria Angélica Portela
Orlando Noletto
Valdir Nunes Ferreira



CAPA: FOTO DE ARTHUR MONTEIRO

Coordenação editorial:

Cynthia Borges

Edição:

Usha Velasco

Reportagem:

Deniza Gurgel
Fabiola Góis
Thais Assunção
Valéria de Velasco

Colaboradores:

TT Catalão
José Geraldo de Sousa Junior
Yuri Matsumoto Macedo
André Luis Macedo

Revisão: Ana Paula Barbosa Cusinato

Projeto gráfico e arte: Usha Velasco

Tiragem: 15.000 exemplares

Os íntegros juízes



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“Seu ponto de partida é trazer a Justiça para o social, de modo a permitir um processo de aplicação que leve a ultrapassar as condições limitadoras de seu momento de produção: ‘Enquanto a sociedade for fundada na injustiça, as leis terão por função defender e sustentar a injustiça.’”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

O título acima devo-o a Anatole France, prêmio Nobel de literatura de 1921, um dos fundadores da Liga dos Direitos do Homem, notável escritor que tratou frequentemente o tema da Justiça e da condição do jurista.

Num texto com o mesmo título ele traduz a impressão retida da observação de um quadro de Mabuse (Jan Gossaert), talvez a mesma que se possa perceber na pintura de van Eyck (o Político de Gantes), em que são figurados também os juízes íntegros, tal como são conhecidos.

De sua observação, diz Anatole, pode-se concluir ter o mestre dado aos dois juízes o mesmo ar grave de doçura e de serenidade. Mas, vistos os detalhes que caracterizam um e outro, pode-se ver que eles, no entanto, são diferentes, na índole e na doutrina. Um traz na mão um papel e aponta o texto com o dedo; o outro ergue a mão com mais benevolência do que autoridade, como que a liberar um pensamento prudente e sutil. São íntegros os dois, conclui o escritor, mas é visível que o primeiro se apegava à letra, o segundo ao espírito.

Essa tensão entre letra e espírito já havia aparecido em outro texto de Anatole France (*Crainquebille*), buscando encontrar um equilíbrio possível entre a ordem e a regularidade e uma expectativa humana e sensível para representar uma Justiça justa.

Em outro texto sobre esse tema (*A Lei é Morta, o Juiz é Vivo*), alinha parênteses do célebre magistrado Magnaud, erigido, na doutrina e na literatura (Victor Hugo, em *Os Miseráveis*), em expressão de aplicação equitativa do Direito, com a fórmula “decidir como o bom juiz Magnaud”, conforme ensina Carlos Maximiliano.

Seu ponto de partida é trazer a Justiça para o social, de modo a permitir um processo de aplicação que leve a ultrapassar as condições limitadoras de seu momento de produção: “Enquanto a sociedade for fundada na injustiça, as leis terão por função defender e sustentar a injustiça.”

No texto mencionado, o sentido de sua crítica é, pois, convocar a integridade do juiz para a necessidade de vencer e de ultrapassar, pelo informalismo transformador, a reprodução, nas leis, da

iniquidade social, hierarquizante e excludente. Do contrário, nessas condições, diz ele, num texto que depois seria recuperado por João Mangabeira (*A oração do paraninfo*) em mensagem a estudantes de Direito, só restará ao magistrado “a missão augusta de assegurar a cada um o que lhe toca: ao rico a sua riqueza e ao pobre a sua pobreza”.

Por isso o chamamento que faz Anatole France ao juiz vivo, para se posicionar ativamente em face da lei morta: “A bem dizer, eu não teria muito receio das más leis, se elas fossem aplicadas por bons juízes. Dizem que a lei é inflexível. Não creio. Não há texto que não se deixe solicitar. A lei é morta. O magistrado é vivo; é uma grande vantagem que leva sobre ela. Infelizmente não faz uso disso com frequência. Via de regra, faz-se mais morto, mais frio, mais insensível do que o próprio texto que aplica. Não é humano: é implacável. O espírito de casta sufoca nele toda simpatia humana. E vejam que só estou falando dos magistrados honestos.”

Para esse chamamento, no entanto, adverte Jean Cruet, no livrinho paradigmático publicado em 1908 (*A Vida do Direito e a Inutilidade da Lei*), é preciso que os magistrados ousem “sair fora dos textos, para compreender o mundo social em toda a sua extensão, em toda a sua complexidade e em todo o seu movimento”.

Não se trata de desconsiderar os textos legislativos, mas de compreender que a rigidez das fórmulas em que se expressam não dispensa uma mediação que recupere “o aspecto verdadeiro das coisas”, de modo a desvendar o direito que se revela “na sociedade organizando-se por si própria”.

Daí a necessidade de os juízes se darem conta, como mostra Bistra Apostolova (*Perfil e habilidades do jurista: razão e sensibilidade*), de que prefigurar o sentido dos conflitos é a tarefa que lhes cabe e que mediá-los requer compreender o significado que eles alcançam em seu próprio tempo. Como disposição e como atitude, sem o desespero aniquilador que Tolstói impõe ao juiz de sua narrativa (*A morte de Ivan Ilich*), para abrir-lhe a consciência que desnuda a sua trajetória profissional, social e familiar como “monstruosa mentira camuflando vida e morte”.



Justiça: "O que essa categoria faz; o que essa categoria pode fazer. Missão, ampliação de papéis e valorização" serão os temas em debate

AO LEITOR

Rumo ao 6º Congresso



VALCIR ARAÚJO

Sheila Tinoco
Coordenadora de Formação do Sindjus e membro da Comissão de Organização do 6º Congresso

Maio, o mês dos trabalhadores, de lutas e movimentos históricos, será um mês bastante especial em nossa jornada. Além das mobilizações pela aprovação do nosso Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, maio será também o mês do 6º Congresso do Sindjus. Por isso, precisamos nos envolver por completo com as atividades do sindicato, mostrando a nossa força, a nossa garra, a nossa união.

Os nossos congressos sempre nos impulsionaram rumo ao aperfeiçoamento das nossas lutas e da nossa carreira. E este não será diferente. As palestras, as discussões, as oficinas pro-

movidas serão fundamentais para a consolidação da democracia sindical e de uma carreira mais sólida e próxima dos nossos ideais e aspirações.

Os encaminhamentos deste congresso, assim como nas edições passadas, vão nos guiar, auxiliando as nossas lutas diárias, das mais específicas às mais gerais, e orientando nossos passos a curto, médio e longo prazo. O 6º Congresso tem tudo para ser um marco no tocante à construção dessa obra permanente que é a nossa carreira.

E, não por acaso, ele tem a nossa carreira como tema: "O que essa categoria faz; o que essa categoria pode fazer. Missão, ampliação de papéis e valorização." Não

tenho dúvidas de que será uma grande oportunidade de formarmos as diretrizes do plano de carreira que, num futuro próximo, levaremos ao Congresso Nacional.

Em meados de 2009, em uma reunião com o colégio de presidentes dos tribunais superiores, o Sindjus deixou claro que após a aprovação da nossa tabela salarial, discutiríamos um plano de carreira capaz de atualizar nossas atribuições, adequar nossas funções à realidade institucional e modernizar nossa atuação. Vamos cobrar isso.

Nós, servidores, desempenhamos um papel estratégico no Poder Judiciário e no MPU; um papel que permite o funcionamento da Justiça brasileira. Ainda não temos o reconhecimento devido, mas vamos buscá-lo a partir de um trabalho de excelência e de uma carreira que nos valorize.

Vamos trazer à pauta pontos específicos da nossa carreira, como a melhor forma de remuneração, e bandeiras históricas, como o combate à terceirização no serviço público. Precisamos participar ativamente desse Congresso e reafirmar nossas lutas por isonomia de tratamento, salário justo, melhores condições de trabalho e maior qualidade de vida.

Sim, nós servidores podemos fazer mais pela Justiça! Basta que nos deem as devidas condições. E, por outro lado, o Judiciário e o MPU também podem fazer mais pelos servidores. Esse é o cerne da discussão que vamos travar nos dias 27 e 28 de maio, no palco do Parlamundi, durante o nosso 6º Congresso.

Contamos com a sua presença e com a sua contribuição para esse evento que é a nossa oportunidade de construir a muitas mãos uma carreira que nos contemple.

"Sim, nós servidores podemos fazer mais pela Justiça! Basta que nos deem as devidas condições. O Judiciário e o MPU também podem fazer mais pelos servidores. Esse é o cerne da discussão que vamos travar nos dias 27 e 28 de maio"

Tempo esgotado

Paralisações e protestos de maio mostram que a paciência dos servidores já acabou e que não dá mais para esperar pelo reajuste salarial

Deniza Gurgel

Cansados de esperar pelo interminável prazo que o ministro Peluso tem dado ao governo para cumprir a promessa de aprovar o reajuste da categoria, os servidores decidiram sair às ruas. "Ficamos decepcionados com o governo no ano passado e nos desgastamos muito.

Acho que agora é o momento de mostrar nossa força", afirmou a servidora do TSE Helena Koshiro, na paralisação em seu tribunal, no dia 11.

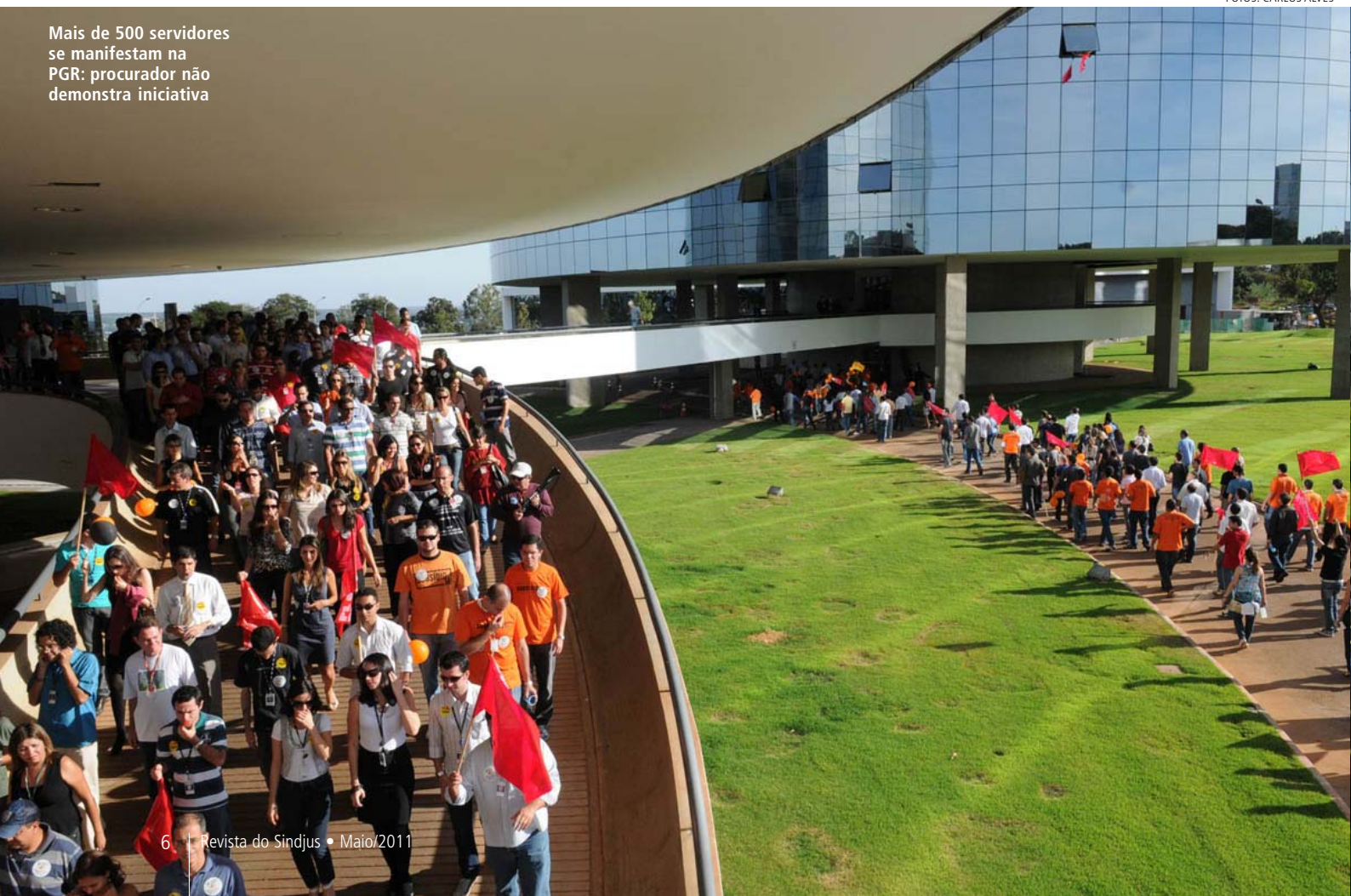
A frase de Helena resume o estado de espírito da categoria e sintetiza o objetivo das mobilizações e protestos que aconteceram em maio. Os servidores do Judiciário e MPU realizaram paralisações

de 24 horas e atos de protesto em cada órgão, para alertar os presidentes dos tribunais e administradores do Ministério Público sobre a premente necessidade de assumir seu papel na negociação dos PLs 6613 e 6697.

"O que estamos fazendo aqui hoje é mostrar que chegamos ao limite da nossa insatisfação", afirmou o coorde-

FOTOS: CARLOS ALVES

Mais de 500 servidores se manifestam na PGR: procurador não demonstra iniciativa



nador do Sindjus Berilo Leão, durante o ato realizado no dia 10, no TRT. "Estamos nos preparando para o grande ato do dia 18 e a participação dos servidores é que vai fazer nossa luta crescer", completou o coordenador Clelio Oliveira, ao afirmar que as paralisações de 24 horas são uma prévia do que vem pela frente.

No dia 18 de maio todos os órgãos da Justiça vão parar. Um grande ato unificado dará o último recado aos chefes do Judiciário e do MPU: a categoria já está mais que cansada de esperar por uma atitude das autoridades.

"Todos os servidores têm que apoiar o sindicato se quiserem o plano aprovado. Se for necessária a greve geral, vamos a ela juntos. Sindicato sozinho não faz nada", destacou Ercilia Guimarães, do TRT. O colega Eduardo Melo concorda: "Infelizmente, se não fizermos aquela greve que causa transtorno, não vamos conseguir o reajuste. Te-

mos que parar mesmo e para valer."

Flávio Vieira, servidor do MPDFT, concorda: "Pelo visto a greve é o único caminho para conseguirmos a valorização que merecemos", afirmou. No dia 11, cerca de 500 servidores do Ministério Público subiram a rampa da Procuradoria Geral da República e deram um grande abraço no prédio. Munidos de apitos, buzinas, camisetas, faixas e bandeiras, eles mostraram que a categoria está unida na batalha pelo reajuste.

O maior descontentamento dos servidores do MPU é com a falta de iniciativa do procurador-geral Roberto Gurgel. "Ele tem autonomia para negociar o reajuste. Quando cruza os braços e deixa a responsabilidade para o ministro Peluso, deixa de honrar a cadeira em que está sentado. É o procurador quem tem que cuidar dos seus servidores", afirmou a coordenadora-geral do Sindjus, Ana Paula Cusinato.

"Não existe nenhuma autoridade

competente que lute realmente pela gente, então o servidor tem mais é que parar. Aqueles que criticam nossa luta é porque não sabem da nossa realidade. O que reivindicamos é um salário justo para acabar com a defasagem", concordou a servidora do MPDFT Tânia Barbosa.

No dia 12 de maio foi a vez do TJDFT se manifestar, com mais de 300 servidores na rua. E, no dia 13, o STJ e o TST paralisaram as atividades. Winston Luiz de Oliveira Rodrigues, servidor do STJ, lembrou que as razões para a revolta estão mais que claras: "Nossa categoria não recebe reajuste desde o pagamento da última parcela do plano anterior, e esse plano é de 2006", explicou. "Não temos reajuste anual, como acontece com o salário mínimo ou com outras categorias que têm reposição todo ano. Os nossos planos servem apenas para repor as perdas, já que entre um plano e outro nós ficamos sem aumento nenhum", completou ele.

Ato no TJDFT: servidores foram às ruas em protesto





Rômulo estuda trombone e quer ser profissional: "As aulas de música me ajudaram muito. Aprendi a me concentrar, a pensar naquilo que posso conseguir"

A construção da paz

Projetos focados na cultura da solidariedade e respeito à vida mostram que há caminhos para tirar o país do vergonhoso 6º lugar no ranking da violência

Reza a sabedoria indígena que um velho índio descreveu, certo dia, como eram os seus conflitos internos: "Dentro de mim existem dois cães. Um é mau e cruel, e o outro, muito bom e dócil. Estão sempre brigando." Então lhe perguntaram qual dos dois venceria. E ele respondeu: "Aquele que eu alimentar."

Valéria de Velasco

Quatro horas da tarde, num final de abril. Enquanto o repórter de uma rádio FM relata que a polícia acabara de flagrar dois jovens de 19 anos e 16 anos armados com um revólver calibre .38 e cinco munições intactas, que seguiam de moto para eliminar um desafeto, em Ceilândia Norte, um grupo de meninos e meninas da mesma cidade se debruça, poucas quadras adiante, sobre partituras de clássicos da música brasileira. Estão começando as aulas de trompete, trombone e violoncelo num pequeno galpão da QNM 3, e o adolescente Rômulo Novaes Ricardo, de 17 anos, não tem tempo para pensar que lá fora, ao alcance de qualquer garoto cheio de energia como ele, outros tipos de instrumentos disparam o som da morte que liquida em poucos segundos os projetos da juventude.

Desde 2007 envolvido com os mistérios dos acordes que o trombone estende às casas da vizinhança, o estudante do ensino médio, morador do P Sul, um bairro pobre de Ceilândia distante 35km de Brasília, quer se tornar músico profissional. "É o meu sonho", conta Rômulo, entre partituras de frevo, maracatu e sinfoni-

as de Bach e Beethoven que ocupam o seu dia a dia quando não está na escola. "As aulas de música me ajudaram muito. Aprendi a me concentrar, a pensar naquilo que posso conseguir", reconhece o garoto, que chegou aos sons que mudaram o seu caminho por meio do Balaio Mambembe, um dos projetos da Associação Cultural Meninos de Ceilândia, que oferece oficinas de música, dança e serigrafia a cerca de 110 crianças e adolescentes da região.

Tudo começou com um bloco de carnaval que ganhou as quadras de Ceilândia, em 1995. O grupo chamava a atenção com os seus alegres bonecos gigantes agitando as vias da cidade como nas tradicionais folias de Pernambuco. Mas os organizadores enxergaram muito além. "Começamos a perceber que só aquilo não seria suficiente para ajudar a comunidade, que sofre tanto com a violência, a mudar alguma coisa. Sentimos a necessidade de oferecer algo mais, que ajudasse os jovens a mudar o comportamento, a aprender a focar nos objetivos, a entender que, se não se dedicar, se não estudar, não consegue resultado. E a teoria musical é ideal para eles perceberem isso e mudarem o modo de ser. Sem a concentração, eles até tocam, mas não conseguem o resultado que querem ouvir", explica o administrador de empresas Ailton Velez da Silva, um dos fundadores e atual presidente da associação.

O trabalho de grupo feito durante os preparativos para o carnaval evoluiu, nove anos depois, para as oficinas e os cursos de capacitação em música, dança, costura e serigrafia, estimulados por parcerias com escolas públicas. "Procuramos, com os cursos, trabalhar a formação, a autoestima dos meninos, a inclusão social. Esse é o tipo de

ocupação que tira os jovens do foco da violência", acredita Ailton. As ações, segundo ele, são orientadas dentro da perspectiva de geração de renda e da formação para as formas pacíficas de resolução de conflitos. "A proposta não é só abrir a chance de uma profissão, de um emprego, mas ensinar que isso tem de vir junto com as práticas de respeito, de convivência pacífica dentro da comunidade", defende.

Há cinco anos professor de trompete e trompa de harmonia da associação, o policial militar Marcos Nunes vê nos projetos

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Ailton: "Esse é o tipo de ocupação que tira os jovens do foco da violência"

Maria de Fátima:
"Isso aqui
é uma
segunda
escola"



dos Meninos de Ceilândia a chance de aproximar os dois objetivos. "Os garotos costumam ser um pouco rebeldes, e a música muda o jeito de ser, o comportamento deles. Depois que entram no curso eles ficam mais atenciosos, mais respeitosos, começam a evitar a rua e a estudar mais na escola", diz Marcos. Músico da Banda da Polícia Militar de Brasília, o sargento aponta outro ponto positivo nas atividades da associação. "Eles começam como hobby, mas logo passam a ver a música como uma possibilidade de profissão, a enxergar um leque de oportunidades", afirma.

Os resultados mostram que o sonho do



estudante de trombone Rômulo Ricardo tem tudo para virar realidade. “Já temos três jovens que começaram com a gente e estão na Banda da Presidência da República”, comemora Ailton Velez. Com apenas 16 anos, a aluna Jéssica Tavares segue o mesmo caminho. Há três anos ela frequenta as aulas de música e, com seu talento, já garante uma pequena renda dando aulas de flauta doce, conta Ailton. O curso de costura abre o leque das chances de profissionalização, com a colocação, no mercado, das camisas, fantasias e peças de cama e mesa criadas e produzidas pelos grupos que participam da capacitação.

“Com os trabalhos que a gente faz de manhã e à tarde, todos os dias, nós conseguimos tirar a meninada da rua e ainda garantir renda para muitas pessoas que precisam”, orgulha-se a maranhense Maria de Fátima Santos, coordenadora do grupo de corte e costura da associação. “E ainda ralamos todo sábado, com os ensaios da orquestra popular”, acrescenta. Às voltas com uma nova empreitada — colocar num site as peças feitas pela equipe, para divulgar os produtos e aumentar as vendas — Maria de Fátima não para, mas se sente gratificada. “Isso aqui ajuda a gente financeiramente e mentalmente. É uma segunda escola.”



Clarice Cabral (de frente) dá aulas de violoncelo aos Meninos da Ceilândia; Marcos Nunes (no canto) toca na banda da PM e também é professor do projeto: “A música muda o jeito de ser”

Revolução à moda francesa

Os mesmos princípios que inspiraram, em 1789, a Revolução Francesa — *Liberté, Egalité, Fraternité* —, e provocaram profundas transformações sociais a partir da abolição da servidão, estão na base, 210 anos depois, do Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz da Organização das Nações Unidas. Dessa vez, sem derramamento de sangue.

Numa tentativa de derrubar, no novo milênio, a escravidão à cultura de violência que atormenta países como o Brasil, a ONU propõe, na Declaração de 1999 que divulgou o programa, mudanças de valores e atitudes em todos os níveis da sociedade e entre as nações. Tudo para que se exercitem, como se deve, os princípios da liberdade, igualdade e solidariedade.

O documento reconhece que a paz não se resume apenas à ausência de conflitos e define a cultura de paz como um conjunto de valores que observem princípios como:

- Respeito à vida e promoção da prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação.
- Respeito e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
- Compromisso com a solução pacífica dos conflitos.
- Compromisso em satisfazer as necessidades de desenvolvimento e de proteção do meio ambiente.
- Respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens.
- Adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações.

Iran e Paulo Henrique, do Azulim: busca de espaço. Paulo Sérgio, 17 anos, ganha dinheiro com sua arte em painéis e camisetas



"Nosso jovens são lançados aos leões"

A preocupação de tirar a garotada da rua se respalda na criminalidade que tira a paz de moradores como Maria de Fátima e se oficializa nos índices que fizeram o Distrito Federal saltar do oitavo para o sexto lugar no ranking de mortes violentas entre as unidades da Federação, nos dez anos compreendidos entre 1998 e 2008, de acordo com o Mapa da Violência divulgado no final de fevereiro deste ano

pelo Ministério da Justiça e Instituto Sangari. O levantamento mostra que as maiores vítimas são jovens na faixa dos 15 aos 24 anos e confirma a tendência apontada em pesquisas anteriores do Programa Segurança com Cidadania da ONU no Brasil.

Quarto lugar num ranking de

84 países, o Brasil registrava, em 2004, segundo os estudos, a taxa de 27 homicídios por 100 mil habitantes. Mas, quando os dados se referiam à população jovem, a taxa subia para 57,1 mortes por 100 mil. O Mapa da Violência revela que, em 2008, ano em que Ceilândia figurava no topo do ranking de ocorrências criminais no DF, a média nacional se manteve no mesmo nível — 26,4 homicídios por 100 mil habitantes, mais que o dobro do limite de 10 por 100 mil fixado pela Organização Mun-

dial de Saúde quando estabeleceu os parâmetros para configurar uma situação de "epidemia da violência". Com índice de 34,1, quase oito pontos acima da média nacional, Brasília fica atrás apenas dos estados de Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Pará e Amapá.

A "epidemia" que assola a capital da República, no entanto, ganha sinais ainda mais alarmantes quando os índices se concentram nos homicídios entre a população de 15 a 24 anos de idade: de 34,1 o número dispara para 77, 2 por 100 mil, jogando o DF para o quarto lugar no país no ranking de mortes violentas entre jovens. "O grande causador da violência entre jovens é o conflito em função da busca de espaço", reflete o diretor-presidente do Grupo Azulim, Iranildo Gonçalves, o Iran, enquanto contempla a fachada do recém-inaugurado Hip Hop Café, o mais novo empreendimento da organização cultural, na pequena Sobradinho II. A cidade fica a 25 quilômetros do Palácio do Planalto, mas a proximidade do poder é apenas geográfica. "Nossos jovens são 'lançados aos leões' pelo Estado, que não oferece condições, não estabelece políticas públicas para que eles possam conquistar seu espaço, ser reconhecidos", critica Iran.

Escorado nos 17 anos de experiência em ações junto a adolescentes da comunidade, Iran avalia que muitos se envolvem em violência para provar a si mesmos que são capazes de alguma coisa. "Quando o jovem se vê como alguém nesse espaço e se sente valorizado, ele segue naturalmente o caminho da não-violência. Não busca o crime", assegura. A história

do grupo lhe dá razão. Cansados de ser tachados de gangue, perseguidos pela polícia e apontados como suspeitos de tudo o que acontecia de ruim nas ruas da cidade, Iran e sua turma de amigos decidiram, em 1993, virar o jogo. A atitude rendeu, no ano seguinte, a criação do Grupo Cultural, batizado Azulim em homenagem à cor da maioria dos integrantes — um negro quase azul, de tão forte.

"O Azulim foi concebido com a proposta de mostrar ao jovem que ele é um ser atuante, que move a rua, a comunidade com ações positivas. Porque assim ele vai se ver como um cidadão produtivo, de bem, vai entender que não é necessário prejudicar para ser visto", explica Iran. Logo o grupo percebeu que não bastava "ocupar a mente" e sair das ruas. A palavra de ordem, então, passou a ser criar oportunidades, trabalhar meios de gerar renda, preparar para o mercado de trabalho. "Colocamos uma pitada de capacitação dentro das oficinas culturais. Elas ganharam um formato empreendedor, para mostrar aos jovens que eles são capazes de ir além, podem criar de forma mais profissional para entrar no mercado."

Um dos resultados foi a criação da Oficina de Personalização de Ambientes, a OPA, um desdobramento da Oficina de Grafite, que está dando chance aos garotos de ganhar dinheiro com a sua criatividade. Atraído pela linguagem das pinturas nos muros que consagrou artistas como Jean Michel Basquiat nos anos 70, em Nova York, o estudante Paulo Sérgio Santos Siqueira, de 17 anos, entrou para o Azulim, há quatro anos, e hoje garante uma

EPIDEMIA

O DF é o 6º no ranking de mortes violentas no Brasil e o 4º na faixa de 15 a 24 anos, com

77,2

mortes para cada 100 mil pessoas. Um índice acima de

10

por 100 mil já caracteriza uma epidemia de violência.



Sede do grupo Azulim: a entrada é uma biblioteca aberta à comunidade

renda na OPA, com a produção de painéis comerciais e camisetas. "Nosso grupo está só crescendo", conta o garoto, animado com o sucesso do Hip Hop Café e com a perspectiva de novas encomendas, que lhe embalam o sonho de lutar por uma vaga em artes plásticas ou biologia na Universidade de Brasília.

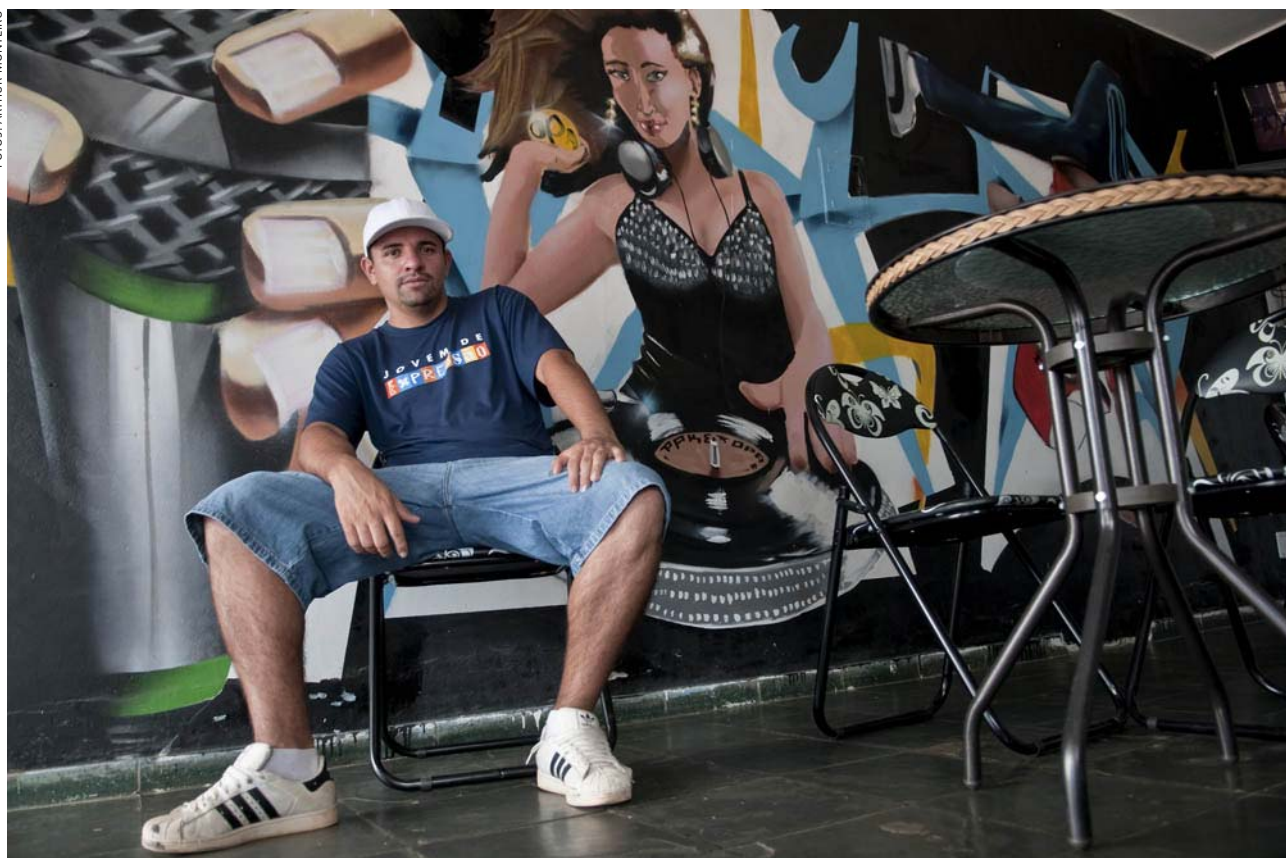
A clientela também só aumenta. "A personalização de ambientes é um novo filão", acredita o artista plástico Vinícius Martins Rodrigues, instrutor da OPA, que criou o visual do Café a partir da história do movi-

mento hip hop. "Usamos o xadrez como pano de fundo e o grafite, ambientando o espaço desde a calçada, mas com poucos elementos de rua, para não fica poluído. Ficou tão agradável que atrai tanto jovens como famílias", explica Vinícius. "É um espaço que não tinha na comunidade. Oferecemos atrações culturais e aqui todos se sentem em paz. Não trabalhamos com bebidas alcoólicas, e então todos se sentem seguros", conta Paulo Henrique de Jesus Cantilo, um dos fundadores do Azulim.

Gerente do novo espaço, Paulo Henri-

que diz que o Café está sempre lotado, "virou point", e atribui o êxito do empreendimento à preocupação do grupo em "acolher, ser agradável, oferecer o melhor". Cuidado que também salta aos olhos do outro lado da rua, na simpática sede do Azulim, onde a porta de entrada para crianças, adolescentes e visitantes é uma bem organizada biblioteca, aberta à população. Todos os que chegam apreciam a biblioteca antes mesmo de conhecer as áreas destinadas às oficinas de dança, DJ, informática e grafite.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Vinícius no Hip Hop Café: "Ficou tão agradável que atrai tanto jovens como famílias"

Uma nova forma de pensar

Na prática, as estratégias do Azulim e Meninos de Ceilândia em trabalhar a arte, o empreendedorismo e a multiplicação de conhecimentos como instrumentos de transformação social são bem-sucedidos exemplos da pedagogia de cultura de paz proposta pela ONU no Programa de Ação divulgado em 1999 e adotado pela Unesco como meta para o milênio (p. 23). A teoria é a mesma que inspirou a criação, doze anos antes, da Universidade da Paz, em Brasília, a primeira das 18 unidades da Rede Unipaz no Brasil. "A fundação surgiu como arauto de uma nova forma de pensar, baseada em uma teoria de educação para a paz que se apoia sobre as três ecologias, a pessoal, a social e a ambiental planetária", explica a arquiteta e urbanista Regina Fittipaldi, vice-presidente licenciada da Unipaz, onde é voluntária há 21 anos.

É um exercício holístico, segundo Regina, que envolve três momentos. O primeiro, que ela chama de "despertar", é quando a pessoa se abre para refletir sobre novos paradigmas, sobre o que significa "estar no mundo", como fizeram os jovens azulins em 1993. O segundo ocorre quando ela questiona como integrar na sua vida esses novos referenciais — quando o Azulim, por exemplo, optou pela dedicação ao grupo e lhe deu o formato de ONG. E o terceiro, significativamente batizado de "obra-prima", quando trabalha de que forma vai se apropriar dos novos conhecimentos na prática. "Esse processo de transformação pessoal deve transbordar para a sociedade. De nada adianta encher a parede de diplomas se não há compromisso social", alerta a arquiteta.

Às voltas com as filas de meninos e meninas na faixa dos 15 anos à espera de uma vaga nas oficinas de basquete, dança, audiovisual e produção de eventos do projeto Jovens de Expressão da Cufa-DF, em Ceilândia, o instrutor Júlio César Simão sabe que esse compromisso é garantia de bons retornos. "É uma oportunidade para cuidar da saúde física e mental e ao mesmo tempo sair das ruas,



Júlio César, instrutor:
"Fazendo a diferença"

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

dos riscos da violência", alega, enquanto observa o desempenho das meninas no treino de break. "Muitos saem daqui com trabalho garantido. Eles se destacam, viram instrutores. As oficinas estão fazendo a diferença", conta. A "diferença" ajuda a empoderar jovens como a estudante do ensino médio Ruth Lunis, de 17 anos (na capa desta revista), que toda terça e quinta se dedica às aulas de dança, e Neiard Lima, o Nei, de 23 anos, que além do break se destaca nos treinos de basquete de rua do projeto.

Moradores de Ceilândia, Ruth e Nei participam, entre uma aula e outra, das discussões dos grupos, na sede Ceilandense da Cufa-DF. Ali, temas como drogas, aborto, violência e oportunidade de trabalho dominam a pauta na realidade da cidade e na preocupação dos jovens. "A dança e o esporte como 'bandeiras de paz' são apenas meios de fazer com que os jovens tenham esse espaço de empoderamento", explica o pedagogo Max Maciel, coordenador da Cufa-DF. Essas atividades, segundo ele, são "uma espécie de ponte", uma possibilidade de abrir espaço para mudanças de comportamento, de atitudes, para que eles tenham instrumentos que lhes permitam visualizar as suas próprias potencialidades e buscar seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

A bandeira da paz também atrai es-

forços da polícia. Na tentativa de ajudar a Ceilândia a vencer o estigma de cidade mais violenta da capital federal, a Polícia Militar do DF criou, há 19 anos, o Programa de Educação para Cidadania e Segurança (Educs). Com foco na prevenção da criminalidade e nos direitos do cidadão ao desenvolvimento, policiais treinados para a função atuam junto às famílias de crianças e adolescentes em conflito com a lei, virando uma espécie de "anjo da guarda" na apuração e encaminhamento dos problemas. As questões que encontram pela frente variam do analfabetismo às drogas. Mas ninguém esmorece, assegura o policial Gmayeel Sousa, integrante do grupo. "Montamos uma equipe de alfabetização, que é um direito fundamental do cidadão, e contamos com as redes de apoio para o encaminhamento de casos", explica.

A nova postura enterra marcas dos anos de chumbo da ditadura, que associaram a farda ao medo, para dar lugar à mais perfeita tradução do programa das Nações Unidas, transformando a cultura de guerra, violência, imposição e discriminação em práticas de diálogo, tolerância e solidariedade. A cultura de paz é a paz em ação, é a cultura de vida, resume o diretor da Unesco no Brasil, Federico Mayor. "É o respeito aos direitos humanos no dia a dia. Um novo sentido de compartilhar, ouvir e zelar uns pelos outros."



Nei treina break e basquete de rua na Cufa da Ceilândia, onde a comunidade coloca em prática a definição da Unesco: cultura de paz é "a paz em ação"

QUEM FAZ A PAZ

Meninos de Ceilândia: 3373-2741

Grupo Azulim: 3485-3912

Cufa-DF: 3372-0957

Fundação Cidade da Paz:
www.unipazdf.org.br

Educação para Cidadania e
Segurança (Educs): 8441-8993

Em busca de soluções

A recente tragédia na escola do Realengo, no Rio de Janeiro, onde onze crianças e adolescentes foram assassinados a tiros, reacendeu o debate sobre o combate à violência. Ou, mais e maior que isso: sobre a criação de uma cultura de paz. No Distrito Federal a situação é tão ou mais grave quanto nos outros grandes centros urbanos brasileiros: entre as 27 unidades da federação, ocupamos um triste 4º lugar no ranking de mortes violentas na faixa etária de 15 a 24 anos. O que fazer para mudar esse quadro?



FOTOS: CARLOS ALVES



A violência no DF cresce porque chegam muitas pessoas de outros estados que acreditam que terão mais oportunidades aqui. Mas elas se deparam com uma realidade diferente e muitos acabam caindo na marginalidade. Acho que a educação é a base de tudo, com ela podemos mudar a realidade dos jovens que estão à margem da sociedade.

Inês Amaral, TSE

A primeira coisa que tem que ser feita é diminuir as desigualdades sociais. E garantir os serviços essenciais do Estado: educação, saúde, transporte. Só isso já contribuiria bastante. O cidadão comum fica refém de toda essa violência e não pode fazer muita coisa.

Vandemberg Santos Melo, TJDFT (Fórum de Santa Maria)

Combater a violência não é somente com repressão, mas com a prevenção, começando pelas escolas: respeito ao próximo, valorização da família, a importância de conviver, respeitar as diferenças. Tudo isso conta. Faltam mais projetos sociais voltados para os jovens. Por isso falo do fortalecimento das escolas: elas já estão aí e não recebem a atenção devida.

Bruna Falco de Fátima Souza, MPDFT

A violência é uma questão social. Deve ser feito um trabalho com os jovens, na escola e em casa. Brasília era bem mais calma, mas com o inchaço dos últimos anos a vida tem se complicado mais e a violência tem estado cada vez mais presente. Acho que os jovens merecem mais lazer, emprego e esportes.

Marcos Carvalho, TSE



A violência pode ser combatida com políticas públicas e a participação da sociedade. O caminho melhor seria a educação dentro de casa, fortalecendo a base familiar, e depois com bons profissionais no ensino fundamental e médio. A questão das drogas deve ser tratada com mais cuidado, porque está ligada à violência.

Cristiano Antonio Verano de Souza, MPDFT



Acho que essa violência é fruto dos governos anteriores, que prometeram lotes e melhores condições de vida para pessoas de outros estados. Mas acredito que com educação podemos mudar essa realidade. Lazer e esporte ajudam, mas o principal são os programas de emprego para os jovens, porque isso muda significativamente a realidade deles.

Helena Koshino, TSE



Sou contra as armas. O que aconteceu na escola do Rio mostra que arma não resolve. As escolas e a família têm papel primordial. Temos que mostrar que a violência não leva a lugar algum. A gente tem que fazer a cultura da paz. Investir em educação é o primordial. E em esporte, música, coisas que realmente sensibilizam os jovens.

Tonia de Almeida, TJDF (Fórum do Gama)



Pelo fato de ser a capital, o DF e a União deveriam cuidar mais dos jovens, investir em cultura, nos estudos, no primeiro emprego, tirar o jovem da rua. O futuro de qualquer país está na juventude, se não temos jovens prontos para estudar e trabalhar, o que teremos? Um futuro complicado, eu acredito. Investir no jovem é um retorno para o país.

Valdir Pinheiro Azevedo, TRT



Acho que a razão principal para o número de mortes violentas aumentar é que as famílias e os jovens se afastaram de Deus. Isso muda os valores das pessoas. Aumentou o consumo de drogas, de bebidas alcoólicas. Acho que as famílias estão muito divididas; antes elas passavam valores para os filhos, hoje não existe mais orientação.

Maria Eulíia Cavalcanti Amorim Pontes, TRT



Combater a violência apenas não é a solução. Falta investimento na área de educação, saneamento, moradia. Tudo isso se reflete na segurança, a consequência final é a violência. Com certeza a educação é um dos caminhos para mudar essa realidade. E investir em trabalho, para que haja um desenvolvimento econômico de modo geral.

Gilberto Soares Clemente Júnior, TRT



Brasília era um lugar tranquilo para se criar os filhos, mas hoje não é mais. Temos que resgatar a valorização da família, a instituição fundamental da sociedade. Hoje, infelizmente, nós temos um complicador, a mídia, que passa uma ideia errada de felicidade. Isso é uma má influência para os jovens e para os adultos.

Onilda Medeiros de Oliveira, TSE



A cultura da paz deve ser mais difundida, pouca gente conhece. É muito triste a questão da violência no DF. Ela está relacionada à educação, a um trabalho de base. Se houvesse atividades nas escolas voltadas para o respeito ao próximo, o não-preconceito, a não-discriminação, talvez Brasília não tivesse índices tão altos de violência.

Brummel Henrique de Paula Mendes, MPDFT

TT CATALÃO

Ainda permanece atual o slogan que criei nos anos 80: PAZ quem quer FAZ. Ele foi usado na magnífica Campanha do Trânsito que o Correio Brasileiro liderou no respeito às faixas de pedestre, foi mal adaptado em uma campanha televisiva com um "agente é que faz", rodou o mundo em expo e passeatas (o Caio, hoje exilado nos EUA, depois do massacre de Vigário Geral, no Rio, criou a Casa da Paz na comunidade, mas teve que rodar fora), e nos últimos anos foi usado como bandeira em alguns Pontos de Cultura do Brasil (especialmente a Tia Bete, do ponto que fica no Complexo do Alemão).

A frase é atual pelo conceito da paz como um resultado muito complexo de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais (também individuais, de atitude, é claro), mas não um estado mágico, de espírito, ou algo que se possa "dar para alguém" (no máximo sugerir).

Mais equívoca é a paz feita categoria mercantil em que charlatões do baixo misticismo e seitas padroeiras da lavagem cerebral tentam apresentá-la como fatura na fragilidade de alheia. A outra face do negócio da paz vem na ilusão marqueteira das autoridades "especialistas" em criar redomas em busca de tranquilidades localizadas (geralmente se crê e se vende a segurança como um produto, caro, em que fatores externos como armas, guaritas, exércitos de vigilantes, blindagens e alarmes sejam capaz de evitar o crime). Vide as ex-ilhas de tranquilidade que eram os shoppings ou condomínios de luxo. Óbvio que o criminoso também se especializa e sofisticou o ataque: o pé-de-chinelo atua na faixa da bagulândia, bandido classe média vai onde o filé está. Por isso ninguém está absolutamente seguro. E quanto mais vitrine, mais mira de pedra. Novo rico quer mostrar a "subida de classe" e, ao mostrar, vira alvo. A segurança vende caro na sua ideologia do "vamos impedir qualquer ameaça". Ou

permitidas ou proibidas, químicas ou laborais, na ambição desmedida pelo topo. É forte a indústria do amansa o que espinha na alma para manter tudo na mesma e se mantenha o controle em um longo novelo de omissões, medo e culpa.

E na onda dos crimes hediondos como o martírio das crianças de Realengo volta a questão das armas como instrumento de defesa pessoal e fator que, por si, evitaria um desfecho trágico. Esquece-se das pesquisas que mostram o incrível número de armas legais tomadas em assalto (numeração raspada, depois), o contrabando, a péssima guarda dos arsenais apreendidos e a fúria que cega (quando antes podia ficar no bate boca e

na mão, armado, o macho ofendido "resolve" na bala). Noel Rosa cantou que "no século do progresso, o revólver teve ingresso pra acabar com a valentia". Sacou, profetico, a nova corja de fracotes, pseudovalentes, que se gabam nos tiros.

Volta a mesma balela de uma indústria que alimenta a bancada da bala no Congresso e financia muitos editoriais domesticados evocando que a ferramenta não produz a morte.

PAZ QUEM FAZ

sua ideologia do "valinhos milpeir" quaisquer ameaças". Quem rem cena mais ridícula que a do decadente Ronaldinho Gaúcho acompanhado de um aparato miliciano em frisson operativo de superstar?

A paz pode até ser um agito. Pode ser um belo agito de criatividade, prazer e movimento solidário. Tem paz que vem do suor justo. Tem aquela que vem depois de muito esforço (mesmo sem vitória vale sempre aquela sensação de luta até o fim). Bem vinda a paz da consciência tranquila entre os que não se calam nem fogem do compromisso com o outro, mesmo, e principalmente, se isso lhe causar riscos.

"Paz dos cemitérios" é uma boa imagem para aquela busca da paz egolátrica. Tom e Vinícius cantaram que "é impossível ser feliz sozinho". A paz do "vou me dar bem e ficar longe dessa tralha". A paz que se quer quase desesperadamente, na marra, criadora de dor, em si e nos outros, para se atingir um patamar (geralmente material) onde "enfim terei paz".

Um belo cenário pode até favorecer a uma boa sensação durante algum tempo, mas é difícil a permanência se as raízes daquele merecimento não forem justas. É fácil ver o tormento dos corruptos mesmo em meio ao que se entende por "uma boa vida" ou "sucesso". Não é moralismo de paróquia na guerinha de santos e pecadores (o cinismo pode amorteecer com alguma eficiência), mas nunca será a paz do estado de plenitude onde consciência, razão e sentimento bailam em harmonia. A loucura é tanta que simular insanidade para não ser preso é esquecer que a insanidade maior foi achar que se vivia livre sob tanta cadeia de consumo, mentira, mesquinhez e insaciável opulência.

PAZ quem quer FAZ também corre longe da paz vendida como "eliminação de conflitos" ou "uma vida sem problemas": prato feito das drogas que operam em períodos com prazo de validade vencido e aliviam por torpor. Sejam drogas

mas seu uso. Mani- pulam, até com o exemplo do carro, objeto que não seria letal. Mas convenhamos: um bêbado de bicicleta causaria menores estragos. Acontece que, se diminuirmos as ferramentas (as armas), eliminamos parte do problema: a bravata estúpida, a vingança infame, o alcance destrutivo ampliado de cabecinhas doentias ou fracas.

A paz não tem modelo. Temos a nossa subjetiva meta para determinar esse estado. Mas se houver o desejo fraterno de criar condições para um mundo mais gentil, suave, com mais trocas, mais generoso e de respeito mútuo, estaremos no caminho de um processo da tal paz feita, resultado coletivo, de muitos desejos pessoais para que a monstruosidade não se repita. Nem mesmo a mórbida hipocrisia do noticiário que busca detalhes constrangedores das chacinhas para alimentar o sadismo da audiência, em nome da "notícia quente" ou do famigerado furo na concorrência. Eles esquecem o quanto estão salpicados desse sangue ao bombardear valores que desestabilizam pessoas que não têm, não podem, não compram, não brilham, não se expressam, logo não "existem" para a roda do mercado, que só reconhece seus clones. Depois simulam indignação que logo será página virada ou canal zapeado. Enquanto nova desgraça não ocorra e a corrente de falsas mobilizações cívicas ensaie um showzinho de reação.

Lutar antes para evitar luto depois. PAZ: quem quer FAZ. O "monstro" é uma aberração que teve suas tendências hediondas potencializadas. É minoria e independe de classe social. Há um caldo fértil que cultiva os valores da morte, o charme da adrenalina, idolatra o consumo, aprofunda a exclusão, embute preconceitos, camufla racismos, consagra o que se "deu bem" e evita o que está fora do circuito cor-de-rosa. Até usam o tema da PAZ em suas campanhas. Só enquanto temem perder a própria. Ou quando tentam impor a sua.

*A paz pode até
começar com um
desejo, mas só
se realiza se for
uma construção*

Para onde vamos?

Plano de ordenamento territorial segue aos trancos e barrancos, entre denúncias de favorecimento a empreiteiros, de inconstitucionalidade e de risco de faltar água no DF

Fabiola Góis

Brasília, 51 anos depois de inaugurada, ainda não tem um plano de ordenamento territorial capaz de atender às necessidades da população, hoje em torno de 2,2 milhões de pessoas. Um terço dessa população vive em áreas informalmente ocupadas, com grande número de habitações sem documentação legal. A maioria é de baixa renda.

Por que é tão difícil pôr ordem numa cidade recém-criada, idealizada e planejada? São várias as tentativas de planos, leis e siglas difíceis de ser decoradas: PEOT, PDOT, PPCUB, PDL, LUOS. O controvertido Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) teve, este ano, 60 dispositivos considerados inconstitucionais – o que representa 20% do seu conteúdo.

Além de contestado juridicamente, o PDOT também é condenado por urbanistas, ambientalistas e entidades da sociedade civil, que o acusam de beneficiar os empresários do setor imobiliário em detrimento da população, além de ameaçar mananciais de água e outras áreas de preservação.

O Ministério Público propôs uma ação direta de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça do DF e Territórios entendeu que há vício de iniciativa (os deputados distritais não poderiam ser autores das alterações propostas). Houve denúncias de loteamento do PDOT para atender a interesses pessoais e financeiros dos parlamentares. Mas, enquanto isso, mesmo com a pendência de inconstitucionalidade da lei, o uso do solo vem sendo alterado, a especulação imobiliária corre solta, o meio ambiente é cada vez mais degradado e a criação de novos setores habitacionais ameaça causar falta d'água no DF.



CARLOS VIEIRA/CB/DA PRESS

O que é o PDOT

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial é um conjunto de princípios e regras para todos que constroem ou utilizam o território: governo, iniciativa privada ou cidadãos. Ele orienta o crescimento urbano com base nas características territoriais, sociais, econômicas e ambientais.

O grande desafio do PDOT 2009 foi ajustar a legislação à cidade real, reconhecendo antigas áreas rurais como parte da zona urbana e dando base ao processo de regularização fundiária, urbanística e ambiental de inúmeros parcelamentos irregulares. Após aprovado na Câmara Legislativa, o Plano Diretor transformou-se em lei distrital (Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009).



Cerrado cedeu espaço a Vicente Pires e Águas Claras: com a promessa de “organizar a cidade”, GDF pretende aumentar o adensamento populacional em várias outras áreas

Planejamento tardio e polêmico

Os problemas começaram tão logo a capital foi ocupada, mas as tentativas de organização do território só se iniciaram a partir de 1970 (veja na página seguinte). Foram avaliadas duas alternativas de ocupação. Uma priorizava a preservação da bacia do lago Paranoá; a outra, a diminuição dos custos e do tempo de deslocamento da população. A primeira foi a escolhida.

Por muito tempo foram proibidas novas ocupações nas imediações do Plano Piloto. Mas a pressão populacio-

nal era crescente. Em 1987 o urbanista Lucio Costa, em seu plano Brasília Revisitada, propôs novas áreas habitacionais, os setores Sudoeste e Noroeste.

Em 1992 foi formulado o primeiro PDOT, com foco no principal eixo de crescimento do DF, na direção sul-sudoeste. Em 1997 foi feita a primeira revisão, com indicação de criação de novos centros urbanos, além de transformar em zona urbana as áreas ocupadas pelos condomínios irregulares. As discussões em torno dos impactos

ambientais e da especulação imobiliária tornaram-se polêmicas.

Por lei, as revisões do PDOT deveriam ser a cada cinco anos. A segunda, porém, aconteceu com uma década de atraso: só foi aprovada pela Câmara Legislativa em 2008 (e sancionada em 2009). Mas o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) propôs uma ação direta de inconstitucionalidade por considerar que as alterações do uso do solo, como queriam os deputados distritais, não poderiam ser



Tânia: "O plano não tem planta, tem croqui. Ninguém sabe onde começa e onde termina"

“A única solução correta e digna seria a revogação total. Esse plano não tem concerto, porque teve como base e objetivos o interesse imobiliário.”

Tânia Batella, coordenadora da Comissão de Política Urbana do Instituto dos Arquitetos do Brasil

realizadas. Sessenta dispositivos foram considerados inconstitucionais.

O Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) entendeu que alguns itens inseridos na proposta a pedido dos distritais caracterizaram vício de iniciativa. A lei diz que apenas o Executivo pode fazer alterações no projeto.

As mudanças no PDOT permitiram a inclusão de novas áreas e setores habitacionais, com o consequente aumento de despesa para os cofres públicos. Também houve denúncias de loteamento do Plano Diretor para atender interesses pessoais e financeiros dos parlamentares. Aliás, essa é a principal reclamação dos especialistas na área. A crítica é que o plano tem sido modificado ao longo dos anos para atender não à população que precisa dele, mas sim a empresários interessados na especulação imobiliária.

Críticas à forma e ao conteúdo

Para Tânia Batella, o ideal seria fazer um novo PDOT, porque o vigente não atende aos anseios do brasiliense. “A única solução correta e digna seria a revogação total. Esse plano não tem concerto, porque teve como base e objetivos o interesse imobiliário”, critica a arquiteta e urbanista, coordenadora da Comissão de Política Urbana do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Tânia também integra a Federação em Defesa do DF, com representantes dos conselhos comunitários das asas Sul e Norte, do Sudoeste, do Park Way, dos lagos Sul e Norte, dos setores Comercial e de Diversões, além de presidentes de entidades e associações como o Instituto Histórico e Geográfico do DF e o Fórum das Organizações Não Governamentais Ambientistas.

A arquiteta considera o PDOT em vigor uma afronta ao tombamento de Brasília. Segundo ela, o plano foi construído sem a participação da sociedade, como determina a legislação. “O plano não tem planta, tem croqui. Ninguém sabe onde começa e onde termina”, observa.

Para Tânia, não se deveria propor neste momento outra alteração no plano, uma vez que, pela lei, não pode haver modificação fora do prazo, a não ser que haja relevante interesse público declarado. “Se for apenas para suprir os vazios, é necessário definir com a própria sociedade”, afirma.

A promotora Marta Eliana de Oliveira, da 3ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, acompanha as modificações do PDOT com olhar atento. Para ela, um dos grandes problemas do plano é o aumento da área urbana além do necessário, com indicações de que isso seria feito para atender à especulação imobiliária. “O Estatuto das Cidades estabelece que não deve haver retenção do imóvel urbano para fins de ocupação. No DF, há tendência de horizontalização das ocupações sem que haja sustentabilidade para isso”, critica.

Marta Eliana comenta estudo realizado pela consultoria da Câmara Legislativa do DF, em que se afirma que a expansão urbana proposta na revisão do PDOT ultrapassa a necessidade. “Já



Marta: expansão urbana proposta na revisão do PDOT ultrapassa a necessidade

fizemos recomendações ao secretário Geraldo Magela alertando que essa alteração no PDOT não pode ser uma nova revisão. Caso contrário, entraremos com nova ação”, diz.

Segundo a promotora, a inconstitucionalidade declarada pelo Judiciário foi meramente formal, não mexeu no conteúdo. “Algumas áreas estão sem disciplina”, aponta. Uma delas é a Cidade Portuária que o GDF pretende fazer em Planaltina. “Nunca se discutiu esse assunto no PDOT. Ficamos sabendo dessa Cidade pelo jornal. Não está no projeto nem no documento técnico.

É preciso um estudo técnico de impacto ambiental”, avalia.

O MPDFT recomendou ao governo o veto total do documento. Entre as ilegalidades, Marta Eliana aponta a ausência do memorial descritivo, documento com mapas que traçam as coordenadas e os limites dos terrenos. Outros problemas são a definição de novas áreas econômicas sem planejamento do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) previsto em lei e a redução de áreas de proteção ambiental e de mananciais de água do Catetinho, Alagado e Ponte da Terra.

Segundo a promotora Marta Eliana, as maiores irregularidades na atual proposta de PDOT são:

- Ausência de memorial descritivo (mapas, coordenadas e limites dos terrenos).
- Definição de novas áreas econômicas sem o obrigatório Zoneamento Ecológico-Econômico.
- Redução de áreas de proteção ambiental e de mananciais de água.

As três fases da urbanização do DF

Na fase de implantação (1957 a 1967), previa-se que na bacia do lago Paranoá haveria somente o Plano Piloto. Mas foi necessário construir novas cidades para abrigar os milhares de migrantes: Taguatinga (criada em 1958), Cruzeiro (1959), Sobradinho (1960) e Gama (1960). A “cidade livre” que seria removida transformou-se em Núcleo Bandeirante. Planaltina

(1859) e Brazlândia (1933) eram cidades de Goiás incorporadas ao DF.

A fase de consolidação foi marcada pela Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), de onde surgiu o nome Ceilândia (1971). Nesse período foi criado também o Guará (1968). Taguatinga, Gama e Sobradinho se expandiram; Lago Norte e Lago Sul começam a se consolidar.

A partir de 1980 começa a fase de expansão urbana, com altas taxas de crescimento populacional e a criação de Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria e Riacho Fundo I e II. Candangolândia, São Sebastião e Paranoá foram regularizadas e expandidas. Surgiu o Sudoeste, voltado para a classe média, e proliferaram os condomínios fora das zonas urbanas.

O Setor Catetinho e o risco de falta d'água

O recém-instalado governo do DF começou a dar agilidade ao processo de atualização do PDOT, abrindo espaço para sugestões da população por um período de 30 dias. Foram mais de 500 contribuições pelo site e mais de 100 apresentadas por escrito por diversas entidades. A agilidade, porém, parou por aí. A intenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (Sedhab) era divulgar no dia 11 de abril a minuta do projeto de lei com as alterações, mas, devido à escassez de pessoal para analisar as demandas, não há mais prazo definido.

O secretário adjunto da Secretaria de Habitação, Rafael Oliveira, afirma que o governo considera a possibilidade de concluir o processo até o fim do primeiro semestre. Um dos focos será o adensamento populacional das cidades e um dos pontos mais polêmicos é o Setor Habitacional Catetinho, entre o Park Way e o Gama. Ele está presente nos planos de ordenamento territorial do DF desde 1976, na época do Plano Estrutural de Ordenamento do Território do DF (PEOT), e depois foi reafirmado nos planos subsequentes, que apontaram a região como preferencial para a expansão urbana.

Os riscos ambientais da criação do novo setor, no entanto, foram levantados pelos próprios técnicos da Sedhab. A proposta ainda será debatida durante audiência pública prevista para junho, mas a decisão final caberá ao governador. O Setor Catetinho foi um dos dispositivos do PDOT

considerados inconstitucionais, já que tratava-se de emenda apresentada por deputados distritais — ele não estava no projeto enviado pelo Executivo à Câmara em 2009.

Caso a criação da nova área seja concretizada, a promotora Marta Eliana teme a falta de água no DF. “Estamos muito perto de ficar sem água. O fornecimento durante a seca já alcança a demanda. Se instalarmos o Setor Catetinho teremos problemas no futuro, porque lá existe o ribeirão do Gama, uma área de proteção de manancial”, explica.

A arquiteta Tânia Batella tem a mesma opinião da promotora. Para ela, basta

observar as vias com excesso de carros para perceber que o DF cresceu demais. E o próprio Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU) aprovado pela Câmara Legislativa no dia 19 de abril é incompatível com a proposta de uso do solo — ele prevê vias interbairros que não estão no PDOT.

A arquiteta afirma que a maior parte dos problemas identificados no PDOT não foram criados pelos deputados distritais, mas sim pelo próprio Executivo, no texto original, que transformou áreas de adensamento nas cidades satélites sem que ficasse demonstrado que haveria água suficiente no local.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Nascente em área de preservação: criação de novos setores ameaça mananciais e pode causar problemas de abastecimento



Rafael Oliveira, da Sedhab: conclusão prevista para julho



ISABELA LYRIO

Ausência de monitoramento

A arquiteta e urbanista Suely Gonzales, professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), afirma que o PDOT apresenta equívocos graves e erros estruturais que deveriam ser objeto da revisão que o governo está propondo. Alguns deles estão compreendidos na ação direta de inconstitucionalidade movida pelo MPDFT.

É preciso, por exemplo, rever a necessidade das enormes manchas de expansão ao sul do DF e de promover a contenção urbana na área da bacia do rio São Bartolomeu. “Entretanto, há um sério problema de gestão do nosso território: enquanto ocorre a revisão, que estão chamando de adequação do PDOT, desde 2004, o uso do solo vem sendo alterado, mesmo com a pendência da inconstitucionalidade da lei”, criticou a arquiteta.

A preocupação de Suely Gonzalez é acelerar o processo de revisão para que o governo e a sociedade tenham instrumentos eficazes de gestão e controle: “É preciso acelerar esse processo. E mais: é preciso que a Lei do Uso e Ocupação do Solo (LUOS), prevista no PDOT, seja imediatamente apresentada. Ela faz parte dessa urgência.”

Segundo Suely, o cronograma de elaboração da LUOS está com quase um ano de atraso. “O diagnóstico deveria ter sido apresentando em setembro do ano passado”, diz. Enquanto isso, continua a arquiteta, a Terracap planeja a criação de novos lotes, como no novo Setor Hoteleiro Norte e na nova quadra do Sudoeste.

Exemplos históricos da ausência de monitoramento, segundo Suely Gonzalez, são a proliferação dos condomínios irregulares, a ocupação indisciplinada no comércio local (os “puxadinhos”) e o caos arquitetônico que se tornou a área das quadras 700 do Plano Piloto. “Estamos no século XXI. Há todo um instrumental tecnológico disponível para realizar esse monitoramento de forma dinâmica e eficiente. É só ter vontade política para executá-lo”, finaliza.





Yuri Matsumoto Macedo

formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Pará, pós-graduou-se em Medicina do Trabalho pela Universidade Estadual do Pará e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. Publicou o livro *Louco é quem me diz* (2005), com casos verídicos de pacientes psiquiátricos. Também é membro da ABP e APBr.

FOTOS: ROBERTO RIBEIRO STUDIOS



André Luis Macedo, especialista em Psiquiatria, formou-se em Medicina pela UnB e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. É psiquiatra do TJDF, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e da Associação Psiquiátrica de Brasília (APBr).

Doença disfarçada de tristeza

Todos nós experimentamos a tristeza em algum momento da vida. É um sentimento que tem motivos, que dura algumas horas ou poucos dias e é justificado pelo contexto. Mais que isso: é um sentimento necessário. Pessoas que nunca sentiram tristeza dificilmente saberão o que é alegria. Ninguém sabe o que é bom sem conhecer o que é ruim. Ninguém torceria para um time que não tem adversários.

Mas aqui vamos falar da depressão – o mal do século. É comum dizer “hoje estou deprimido” como sinônimo de “estou triste”, mas depressão não é tristeza. É um problema médico grave, que precisa ser tratado. Estima-se que a depressão esteja entre as cinco doenças que mais levam uma pessoa a procurar o médico; no entanto, nem sempre é diagnosticada.

É comum que os pacientes deprimidos se queixem de falta de energia, cansaço, dores variadas, alterações de peso e de sono; sem falar em tristeza, choro, culpa ou ideias de morte. Cerca de 50% dos estados depressivos não são diagnosticados pelos profissionais de

saúde, seja por falta de treino, de tempo, desconhecimento, descrença, estigma de que é “fraqueza” ou “falta de força de vontade”.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a depressão como uma das doenças que ocasionam maior comprometimento e sofrimento, provavelmente a segunda maior causa entre todas as outras condições de incapacidade. No entanto, é provável que menos de 25% dos indivíduos afetados recebam tratamento adequado. A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) estima que cerca de 10% dos brasileiros sofrem desse mal.

A depressão é uma doença que afeta o corpo, o humor e os pensamentos. Os sintomas surgem com mais frequência entre os 15 e 30 anos de idade, mas podem acometer também crianças e idosos. Nem todos os sintomas listados a seguir (incluindo a tristeza) precisam estar presentes para o diagnóstico. O tempo de acometimento também é fundamental. O número e a gravidade dos sintomas variam entre as pessoas e numa mesma pessoa ao longo do tempo.



**“Doença que não sangra”:
a pessoa custa a acreditar-se
doente, o que aumenta o tempo
de sofrimento e diminui
as chances de tratamento**

Neste espaço, os psiquiatras Yuri Matsumoto Macedo e André Luis Macedo publicam mensalmente artigos sobre saúde mental. Para saber mais, acesse www.animaconsultorio.site.med.br

Principais sintomas

- Tristeza, ansiedade, irritabilidade ou sensação de vazio persistente.
- Pessimismo, desespero, culpa, impotência, desvalia.
- Perda de interesse ou de prazer em atividades que antes apreciava.
- Cansaço, lentidão, falta de energia, apatia.
- Dificuldades de concentração, de memória ou para tomar decisões.
- Dormir menos ou dormir mais.
- Alterações de peso e apetite (para mais ou para menos).
- Ideias de suicídio.
- Dores e desconfortos físicos persistentes.

A depressão causa intenso sofrimento para o paciente e as pessoas que o cercam e repercute negativamente na vida familiar, social e profissional. Pode levar a desemprego, separações, isolamento, abuso de álcool e drogas. Aumenta o risco de suicídio e de doenças como a coronariana e os tumores. Por ser uma “doença que não sangra”, que não se revela em exames concretos, o paciente custa a acreditar-se doente ou a falar disso, aumentando ainda mais o tempo de sofrimento e diminuindo as chances de tratamento.

O diagnóstico é clínico, ou seja, baseado em sinais e sintomas, e não existe exame laboratorial ou de imagem específico para isso. Por esse motivo, o médico psiquiatra deve ser procurado em caso de suspeita. Felizmente há uma ampla gama de tratamentos eficazes para a depressão, incluindo principalmente medicamentos antidepressivos e psicoterapias. Mais de 80% dos portadores melhoram e muitos podem até mesmo se curar, dependendo do caso, do tipo de depressão, da gravidade e de sua recorrência. Seguir a orientação do especialista sobre a duração do uso de remédios previne as recaídas e a cronificação do problema.

UMA REALIDADE CINZENTA • Depoimentos de pacientes

“Parecia que eu ia enlouquecer”

Tive um episódio depressivo agudo. Os primeiros sintomas foram insônia e ideia fixa. Eu tinha terminado um namoro e não parava de pensar nisso. A autoestima também andava baixa, o que acho que contribui para esse quadro. Depois de uma semana fui ao psiquiatra e comecei a tomar antidepressivo e indutor de sono. A medicação começou a fazer efeito em uns quinze dias, mas o quadro agudo durou três meses.

Foram os piores dias de minha vida. Fiquei todo esse tempo sem trabalhar. O mundo ficou cinzento, a realidade perdeu as cores. Eu pensei que ia morrer. Emagreci sete quilos, minha energia vital se esvaiu, não me interessava por nada, nem por sexo, achei que tinha ficado impotente. Só conseguia dormir com medicação, e durante poucas horas. Sentia sono de dia mas tinha medo de dormir, porque, quando cochilava, parecia que eu ia enlouquecer.

Vicente Ferreira Marques, empresário

“Tudo ficou ruim demais na minha vida”

Acho que desde a adolescência eu senti sintomas de depressão, mas por volta dos 30 anos isso começou a ficar mais sério. Tinha insônia à noite e muito desânimo de dia, muito sono. Eu fazia natação de manhã, antes do trabalho, mas comecei a matar as aulas para dormir no carro, no estacionamento da academia. Depois desisti de nadar, passei a estacionar perto do trabalho e dormir durante uma ou duas horas.

Deixei de ter vontade de fazer qualquer coisa, só queria dormir. Acho que eu só “funcionava” porque tinha dois filhos pequenos. Mas estava sempre irritada com eles, e por isso sentia muita culpa. Tudo ficou ruim demais na minha vida. Comecei a ter dores no corpo toda noite. Sentia também um incômodo físico, uma coisa que eu só conseguia definir como “agonia”. Era como se eu não me encaixasse mais em mim mesma. Parei de sair de casa, não via mais meus amigos, não queria nem falar ao telefone. Eu trabalhava muito, mas meu trabalho não rendia e nem me dava mais prazer como antes.

Na época eu fazia terapia, e quando contei essas coisas à psicóloga, ela me dis-

se que eu estava deprimida e que precisava me consultar com um psiquiatra, caso contrário ela não poderia mais continuar me atendendo. Foi bom que ela tenha sido dura comigo, senão eu não teria ido ao médico.

Comecei um tratamento e no começo melhorei, mas depois passei a ter dificuldade com os remédios. Testei muitos, mas alguns não faziam efeito e outros me davam muitos efeitos colaterais. O médico disse que “não sabia mais o que fazer” comigo, receitou um medicamento fitoterápico e não marcou mais retorno, meio que me mandou embora. Foi horrível, o remédio não fez efeito e eu pensei que fosse enlouquecer. Eu não dormia mais nem de dia nem à noite, meus ouvidos zumbiam, meu corpo tremia, senti muita ansiedade, angústia, medo.

Finalmente encontrei um bom profissional e passei a tomar uma medicação que funcionou. Aos poucos foi passando a sensação de que minha vida era um pesadelo. Estou bem, já consegui diminuir a dosagem dos remédios e minha meta é parar, embora saiba que é difícil. Também faço exercícios físicos regularmente, para me dar ânimo e controlar a ansiedade.

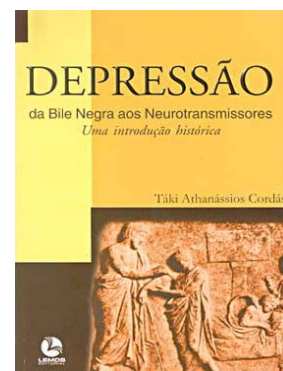
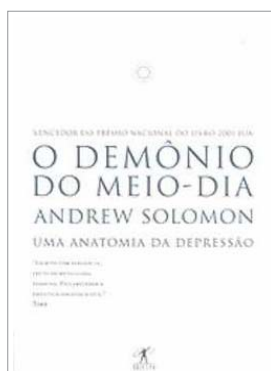
Maria P. Gomes, publicitária e escritora

Leitura recomendada

Eu tomo antidepressivo, graças a Deus – Cátia Moraes – Ed. Best Seller, 192p.

Depressão – da bile negra aos neurotransmissores – Taki Athanassios Cordas – Lemos Editorial, 103p.

O demônio do meio-dia – uma anatomia da depressão – Andrew Solomon – Ed. Objetiva, 504p.



Meninas superpoderosas

Mulheres chamam a atenção em funções que há poucos anos eram consideradas "de homem". Decididas a provar que têm competência, elas se dedicam em dobro e aos poucos conquistam seu espaço

Thais Assunção

J á dizia Vinicius de Moraes: "Mulher, que máquina és..." Na época em que escreveu esse verso, porém, o poeta — que morreu em 1980, aos 67 anos — não poderia imaginar o espaço que as mulheres ocupariam no mercado de trabalho. Hoje é possível ver mulheres motoristas de ônibus e táxis, delegadas e agentes de polícia, motogirls, frentistas em postos de gasolina, pilotos da aviação civil e até de caças e helicópteros militares.

A função da mulher não é mais "esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque", como se dizia antigamente — ou pelo menos não é apenas essa, já que a maioria enfrenta uma tripla jornada ao se dividir entre trabalho, casa e filhos. Essas "máquinas", como disse Vinicius, mostram que, além de ser capazes de vencer diariamente essa maratona, ainda conseguem espaço em profissões consideradas exclusivamente masculinas até bem pouco tempo.

Que o diga a ladrilheira Maria Francinete da Costa. Ela é trabalhadora da

construção civil "com muito orgulho", como faz questão de dizer. "Adoro a minha profissão e fico orgulhosa de mim mesma quando sou elogiada pelo meu chefe", conta a moça.

Aos 26 anos, mãe de três filhos, Francinete acorda às 4h da manhã para estar na obra, no Guará II, às 6h30. Moradora do Varjão, próximo ao Lago Norte, ela enfrenta quatro conduções diárias para ir ao trabalho. "É uma rotina dura. Trabalho na obra até as 17h e chego em casa mais ou menos às 19h10", revela.

Com seus 1,60m de altura, Francinete impõe respeito e diz que não é qualquer gracinha que a faz perder a compostura no trabalho. Mas às vezes é preciso ser um pouco mais agressiva. "Certa vez um colega perguntou: 'seu marido te deixa trabalhar na obra com tantos homens?' Eu respondi: 'claro, ele confia em mim'. Ele disse que não deixaria a esposa dele trabalhar como eu, e então respondi: 'porque você é um otário!'", conta ela, rindo.

Segundo Francinete, a profissão de ladrilheira surgiu por acaso. Sua irmã, Maria do Socorro, que já atuava há

ARTHUR MONTEIRO

“ Eu acho muito importante que as mulheres ocupem cargos de chefia ou cargos que eram só de homens. Nós mulheres temos que mandar também ”

Maria Francinete da Costa, trabalhadora da construção civil



dois anos na construção civil, chamou-a para trabalhar na limpeza e ajudar a retirar o rejunte dos pisos. Depois de uma semana de trabalho, a moça se interessou pelos azulejos e cerâmicas e viu no trabalho de ladrilheira um serviço "com arte", que ela seria capaz de realizar.

O chefe da obra a convidou para um teste de assentar cerâmica. Ela se saiu bem. Depois de um mês, outro convite: revestir uma cozinha inteira. "Eu nem acreditei quando ele me convidou, mas aceitei o desafio, fiz tudo direitinho e fui muito elogiada pelo

trabalho", conta Francinete.

Isso aconteceu há mais de um ano e meio e a moça não saiu mais da construção civil. Seu chefe atual diz que, às vezes, tem que ter "cuidado com as palavras", porque agora lida com mulheres no canteiro de obras: "Tenho que conter os xingamentos, ter mais educação, porque com os homens o tratamento às vezes é na brutalidade mesmo", comenta rindo o mestre de obras Arismar Pereira Trindade. Mas ele não perde a chance de elogiar a funcionária: "A Francinete trabalha super bem. Não tenho reclamações so-

bre a qualidade do serviço que ela desempenha aqui na obra."

Ciente da importância do trabalho que desempenha como ladrilheira e do seu papel como mulher, mãe e trabalhadora, Maria Francinete diz que a mulher está mostrando toda sua força e que tem capacidade para desempenhar com qualidade todo tipo de função: "Eu acho muito importante que as mulheres ocupem cargos de chefia ou cargos que eram só de homens. Nós mulheres temos que mandar também, mostrar que não é só eles que mandam", afirma.



“Eu também posso”

Pequena diante do Black Hawk, uma máquina da Força Aérea Brasileira com vinte metros de comprimento, Déborah de Mendonça Gonçalves sorri, orgulhosa e realizada. Está prestes a concretizar um sonho de infância: ser piloto de helicóptero.

Aos 24 anos, ela é segunda tenente na Base da Força Aérea em Manaus. Ingressou na carreira militar em 2006, com 19 anos, e para isso teve que se mudar da grande São Paulo para Pirassununga, mais tarde para o Rio Grande do Norte e por último para o Amazonas.

O posto de piloto do Black Hawk no 7º Esquadrão do 8º Grupo de Aviação — mais conhecido como Esquadrão Harpia — aguarda a jovem Déborah assim que ela terminar a terceira e última missão de treinamento na base da Força Aérea, com lições tanto de voo como de resgate. O Esquadrão Harpia destina-se a busca e salvamento (SAR) e busca e salvamento em combate (C-SAR), na selva e no mar. Também realiza missões de apoio às populações ribeirinhas e indígenas, principalmente em campanhas de vacinação e outras ações do Ministério da Saúde.

“Não vejo a hora de pilotar e, além disso, ajudar as pessoas”, diz a jovem. Ela deve assumir em junho e será a primeira mulher a pilotar um helicóptero Black Hawk na Base. “Sou pioneira. Estou orgulhosa do que consegui e gostaria de influenciar outras mulheres a tomar a decisão de ser piloto”, afirma.

Ajudar vítimas de acidentes e contribuir para salvar vidas foram alguns dos fatores que motivaram sua decisão: “Escolhi Manaus por ser uma região mais carente de profissionais nessa área”, conta Déborah. Os colegas homens não a intimidam e confiam no seu trabalho: “Eles me respeitam e encorajam. E eu quero mostrar para eles que eu também posso”, conclui.

“Sou pioneira. Estou orgulhosa do que consegui e gostaria de influenciar outras mulheres a tomar a decisão de ser piloto”

Déborah de Mendonça Gonçalves, segunda tenente na Base da Força Aérea em Manaus

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



No volante da zebrinha

Radiante: assim é a motorista de ônibus e ex-caminhoneira Bernadete Pereira Braga. Ela conta toda sorridente a sua história de paixão por caminhões e ônibus, que começou quando tinha apenas 19 anos de idade. Foi quando resolveu enfrentar as estradas ao lado do marido e aprendeu a dirigir caminhão.

Foram 20 anos na dura rotina de caminhoneira. "Viajamos muito, entregando cargas pelo Brasil todo. Era uma vida cansativa, com muitos problemas no dia a dia. Mas eu enfrentava tudo com alegria, sem perder o ânimo", diz Bernadete. Ela conta que sofreu preconceitos, mas que não fica comentando e se recusa a "ficou impressionada" com isso.

"Uma vez, quando comecei a dirigir o 'zebrinha', um senhor que estava na parada de ônibus deu sinal para eu parar, mas, quando abri a porta e ele viu que era uma mulher ao volante, de-

sistiu. Ele me mandou embora e disse que pegaria outra condução. Achei a situação ridícula, mas não me importo com isso", diz ela.

Há oito anos Bernadete trabalha como motorista de "zebrinhas" na empresa Viplan, com mais cinco colegas, todos homens. Segundo ela, o que mais a chateia no dia a dia é enfrentar o trânsito difícil. "A minha maior dificuldade é o trânsito de Brasília. O motorista tem que ter um grande jogo de cintura, muita paciência, e ainda pensar nos passageiros que estão sob sua responsabilidade", afirma.

Sempre maquiada, cabelos muito bem penteados e brincos nas orelhas, Bernadete conta que a vaidade a acompanha desde a época em que era caminhoneira: "Acho que a mulher tem que dar o toque de beleza por onde passa. Temos que estar sempre bonitas, pas-

“Um senhor deu sinal para eu parar, mas, quando viu que era uma mulher ao volante, disse que pegaria outra condução. Achei a situação ridícula”

*Bernadete Pereira Braga,
motorista de ônibus*

sar uma imagem alegre."

A rotina diária nesses oito anos como motorista a fez conhecer bem os passageiros, que elogiam seu trabalho: "A maioria já me conhece. Eles sentem segurança e tranquilidade comigo", avalia. Com a autoestima elevada e o prazer de desempenhar sua função, Bernadete, hoje com 49 anos, diz que não quer se aposentar e que ainda vai dirigir por muito tempo pelas "tesourinhas" da capital.

“ Na divisão de bens eu optei por ficar com a moto, para poder trabalhar. Pintei tudo de rosa para meu ex-marido nem pensar em exigir a devolução ”

Ana Lúcia da Silva, motogirl

A moça da moto rosa

Botas, jaqueta de couro e capacete cor de rosa. É assim que a *motogirl* Ana Lúcia da Silva, 28 anos, se arruma para enfrentar mais um dia de trabalho. Há 17 anos, quando chegou da Paraíba, Ana Lúcia não imaginava que a capital seria o cenário para realizar seu sonho de pilotar uma moto – e muito menos que esse prazer se transformaria em profissão. “Quando vim para cá eu tinha 11 anos e só pensava em trabalhar e ser independente”, conta. Mas ela se casou aos 16 anos e a independência financeira teve que ser alcançada com o trabalho de doméstica. Durante sete anos manteve a rotina de casa para o trabalho e do trabalho para casa.

Porém, Ana Lúcia se decepcionou com o companheiro e resolveu se separar. “Entrei com um processo na Justiça. Na divisão de bens eu optei por ficar com a moto, para poder trabalhar. Pintei tudo de rosa para meu ex-marido nem pensar em exigir a devolução”, conta, rindo.

Ela se habilitou aos 22 anos, e, com a permissão em mãos, começou a procurar trabalho. Distribuiu currículo e esperou meses até uma empresa chamá-la. “Fiquei muito feliz quando me ligaram para dizer que eu podia começar a trabalhar. Era a realização de um sonho”, relembra.

Ana Lúcia não imaginava, porém, que ainda enfrentaria muitos proble-

mas. Além de não conhecer bem a cidade, ela tinha que ouvir muitas piadas por ser mulher. “No início eu demorava muito para fazer uma entrega. Meu chefe dizia: ‘Ana, você tem que aprender a andar na cidade, desse jeito não dá’”, conta ela.

Quando demorava muito nas entregas, ela ouvia das pessoas que “só podia ser mulher para atrasar tanto”. Ouvia isso tanto de homens quanto de mulheres. Mas, apesar das dificuldades, a moça não desistiu. Ela sentia que estava no lugar certo, trabalhando na única empresa que a acolheu, e não queria decepcionar o empregador que confiou

nela. “Aprendi logo os endereços, fui errando e aprendendo”, revela.

Hoje, após quatro anos na mesma empresa, Ana Lúcia pode dizer que Brasília não é mais um mistério; os endereços ela tira de letra. E o amor à moto continua incondicional. “A moto para mim é tudo. Eu adoro trabalhar e não quero sair desse emprego de *motogirl*. Por mim, trabalho o resto da vida nessa profissão”. Ela tem no currículo quatro acidentes, sendo que um deles a deixou 62 dias “de molho”. Mas a moça só lamenta uma coisa: “Sofri muito por ter ficado tanto tempo longe da minha moto.”



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



“Começamos com a pistola .38, depois passamos para a .40. Mas o que eu gosto mesmo é da submetralhadora, mais fácil de manejar”

Lúcia Antônia Moraes Bandeira,
delegada da polícia civil do DF

Delegada por acaso

Lúcia Antônia Moraes Bandeira não consegue disfarçar o brilho no olhar ao falar da profissão. Paradoxalmente, porém, conta que tornou-se delegada de polícia por acaso – ou melhor, “empurrada” pelo irmão. “Eu já trabalhava como escrivã em Goiás, mas não pensava em continuar na carreira policial. Meu irmão, que é agente de polícia em Goiás, insistiu que eu fizesse o concurso para delegada no DF, logo que terminei a graduação em Direito”, relembra ela. “Ele me fez assinar uma procuração e foi ao banco pagar minha inscrição”, relembra Lúcia, sorrindo.

Ela passou em todas as etapas de provas do concurso e seguiu para o curso de tiro e de luta marcial na Academia de Polícia. Supresa, adorou as aulas e se apaixonou pela profissão: “Começamos com a pistola .38, depois passamos para a .40. Mas o que gosto mesmo é da submetralhadora, bem mais fácil de manejar. Adoro atirar, saio das aulas relaxada”, diz. Sempre que chegam novos armamentos os policiais e delegados fazem treinamento. Lúcia conta que no último curso de tiro ela estava com seis meses de gravidez – o que não a desen-

corajou a ir até o fim.

Há onze anos, quando começou a carreira como delegada, ela enfrentou seu primeiro caso de homicídio. A imagem da vítima ficou na sua cabeça por semanas: um jovem de 21 anos muito machucado, desfigurado. “Era de madrugada, estávamos com uma equipe pequena na 20ª DP (no Gama), quando recebemos uma ligação anônima. A testemunha viu uma pessoa muito machucada na calçada. Encontramos o corpo do rapaz ainda quente, mas sem vida”, relembra Lúcia.

O “faro” da delegada foi essencial para resolver o caso: “Como o jovem tinha sido assaltado, mandei que a equipe se dividisse e todos procurassem os documentos do rapaz em bueiros e lixos. A carteira dele estava num bueiro perto de uma residência, onde encontramos os criminosos. Eles confessaram o crime: bateram no rapaz até levá-lo a óbito”, explica.

Essa foi apenas a primeira morte presenciada por Lúcia. “Na verdade eu me acostumei, a vida de delegada é muito agitada”, afirma; “por outro lado, não temos rotina e isso que me empolga.” Ela se orgulha dos cas’os solucionados, dos quais já perdeu a conta, e se considera preparada para os desafios futuros.

“Nunca sofri preconceito; acho que isso é reflexo de um trabalho que faço com amor e responsabilidade”, avalia Lúcia. Hoje diretora da Divisão de Homicídios II, na Corvida, ela já comandou a Penitenciária Feminina do Gama e as 20ª, 37ª e 14ª DPs, no Gama, além da delegacia do Recanto das Emas.

A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou — eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.

Manoel de Barros

Dizer, não calar

Para a poeta e servidora
Raimunda Mendes, escrever
é explorar o desconhecido
em busca de respostas

Thais Assunção

Entre ásperas palavras
doçura, encantamento
e a delicadeza dos primeiros tempos.
Não, não era apenas sinal.
Era mesmo o ponto.
Final.

Para a analista judiciária do TST Raimunda Mendes dos Santos Ferreira, o poema acima (*Releitura*, de sua autoria) é especialmente marcante em sua vida. “Há sempre um poema ou trecho que fica meio ‘onipresente’ no meu dia a dia por um bom tempo. *Releitura*, do livro *Retrato essencial*, é um deles”, avalia a servidora.

A paixão pela escrita começou ainda na infância, quando Raimunda escrevia poemas para o Dia das Mães. “Descobri que escrever seria a minha sina, o meu destino, porque simplesmente não consegui parar a partir daquele momento”, conta. Raimunda não titubeia para apontar a escritora que mais a influenciou: “Cecília Meireles, sem dúvida.”

No tímido início como poeta, ainda na infância, o que encorajou Raimunda Mendes a investir no sonho de escrever foi a presença marcante do trabalho de Cecília Meireles — que era professora e produziu uma extensa obra voltada para as crianças. “Constatai que a poesia tinha uma voz feminina da qual eu me sentia mais próxima. Nos primeiros contatos que tive com a poesia de Cecília Meireles, fiquei comovida pela suavidade, pela fluidez daquelas palavras”, explica.

Os contos fizeram parte de seus momentos iniciais como escritora, mas Raimunda faz questão de ressaltar: “Minha grande paixão é mesmo a poesia.” Há cinco meses a servidora publicou seu terceiro livro de poemas, chamado *Retrato essencial*. Os outros dois são *A Casa Interior* e *Tessitura do Tempo*.

Como muitos autores que adotaram pseudônimos em suas obras, Raimunda Mendes foi buscar um apelido de infância para usar em seus poemas. Ela assina como Graça R. Mendes. “Adotei esse apelido antigo não só para fazer uma referência à época de criança, mas também porque traz ótimas lembranças da minha família”, explica.

A inspiração, para Raimunda, pode vir de acontecimentos do dia a dia, de histórias antigas ou da vontade de expressar e compartilhar seus sentimentos com as pessoas. Assim, ela tenta se dedicar ao máximo à sua paixão pela poesia. Leva várias horas para escrever e revisa tudo minuciosamente, para que todos os textos obedeçam ao padrão almejado.

Com um sorriso no rosto e a clara felicidade por poder desenvolver um dom de que tanto gosta, Raimunda conta que o seu envolvimento com os colegas de trabalho se modifica quando o assunto são os seus livros. “Basicamente as relações pessoais passam a caminhar por outra vertente, ou seja, alguns colegas saem do âmbito puramente profissional e conversam comigo sobre seus sentimentos, trocam ideias. Há aqueles que também escrevem e querem saber se é fácil ou difícil publicar um livro. Outros fazem questão de dizer que se identificaram com algum dos meus poemas. Enfim, parece que o ambiente fica mais humano”, avalia a servidora.

A escrita é um momento de entrar em um novo mundo, conhecer novas regras, aprofundar-se em outras vidas. Para Raimunda, seu *alter ego*, Graça R. Mendes, tem o dom de falar sobre seus sentimentos: “Escrever é sempre uma tentativa de aprisionar um momento, uma emoção, seja boa ou ruim. Quando escrevo sei que estou fazendo um exercício de vida, explorando o desconhecido, buscando respostas. Mas na maioria das vezes escrever é obedecer a uma imperiosa vontade de dizer, de não calar.”

Do alto dos seus 95 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.



Raimunda acha que ser poeta é um fator que modifica sua vida profissional: "Parece que o ambiente fica mais humano"

JUSTIÇA

para os servidores do Judiciário e MPU

Aprovação dos PLs 6613 e 6697

JÁ!



Sindjus